



CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais (ITR)

Em 30 de junho de 2021



Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas às demonstrações contábeis para o período findo em 30 de junho de 2020	14

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2.1. e 2.4. às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) e com a IAS 34, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto à aplicação da NBC TG 47, alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34 aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2021.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ- 081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.304	9.420	16.668	17.484
Clientes por incorporação e venda de imóveis	4	-	-	3.150	4.483
Contas a receber de terceiros	7	280	260	415	521
Redução de capital a receber - partes relacionadas	8.b	5.625	5.625	-	-
Imóveis a comercializar	6	-	-	121	1.655
Adiantamentos		-	-	3	3
Impostos e contribuições a compensar	22.4	889	862	917	889
Outros ativos	9	81	42	1.265	1.428
Total do ativo circulante		16.179	16.209	22.539	26.463
Ativo não circulante					
Clientes por incorporação e venda de imóveis	4	-	-	796	1.070
Contas a receber de terceiros	7	203	311	203	311
Imóveis a comercializar	6	76.583	76.577	86.857	86.839
Adiantamentos para futuro aumento de capital	8.a	500	28	-	-
Outros ativos	9	-	-	4.806	4.746
		77.286	76.916	92.662	92.966
Investimentos em controladas e coligadas	10.1	12.105	15.878	-	-
Propriedades para investimentos	10 e 10.2	-	-	1.620	1.620
Imobilizado	11	161	20	161	20
		12.266	15.898	1.781	1.640
Total do ativo não circulante		89.552	92.814	94.443	94.606
Total do ativo		105.731	109.023	116.982	121.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

- - - -

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivo circulante					
Cessão de créditos imobiliários	12	-	-	8	28
Provisões tributárias	22.2	96	96	4.716	4.840
Passivos contingentes	14	-	-	1.488	1.676
Impostos com recolhimentos diferidos	22.3	25	25	170	479
Contas a pagar - terceiros	13.a	95	643	1.122	1.626
Redução de capital	8.b	3	3	28	28
Adiantamentos de clientes	13.b	-	-	448	488
Total do passivo circulante		219	767	7.980	9.165
Passivo não circulante					
Cessão de créditos imobiliários	12	-	-	1	18
Passivos contingentes	14	-	-	3.526	3.497
Impostos com recolhimentos diferidos	22.3	-	-	43	115
Contas a pagar - terceiros	13.a	-	-	1.044	1.044
Outros passivos	10.1	1.129	1.032	-	-
Total do passivo não circulante		1.129	1.032	4.614	4.674
Patrimônio líquido					
Capital social	16.a	122.649	122.649	122.649	122.649
Outros resultados abrangentes		27	27	27	27
Prejuízos acumulados	16.b	(18.293)	(15.452)	(18.293)	(15.452)
Patrimônio líquido atribuído à controladora		104.383	107.224	104.383	107.224
Participações de não controladores		-	-	5	6
		104.383	107.224	104.388	107.230
Total do passivo e patrimônio líquido		105.731	109.023	116.982	121.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado para os períodos findos
em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Controladora			
		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Despesas e receitas operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(256)	(358)	(285)	966
Despesas gerais e administrativas					
Despesas de pessoal		(885)	(1.222)	(230)	(568)
Gratificações a Administradores		-	(256)	-	(445)
Honorários de diretoria e Conselho de Administração		(298)	(657)	(263)	(541)
Outras despesas administrativas	18	(569)	(1.394)	(303)	(697)
Despesas tributárias		(7)	(11)	(9)	(20)
Receitas financeiras	19	87	148	150	365
Despesas financeiras	19	(7)	(7)	-	-
Despesas com vendas		-	-	-	(245)
Depreciação e amortização		(5)	(9)	(1)	(3)
Ganhos na alienação de investimentos		915	915	-	-
Reversão de provisões operacionais	20	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	21	5	10	7	15
		<u>(1.020)</u>	<u>(2.841)</u>	<u>(934)</u>	<u>(1.173)</u>
Participação dos administradores e empregados no resultado		-	-	-	(68)
Prejuízo do período		<u>(1.020)</u>	<u>(2.841)</u>	<u>(934)</u>	<u>(1.241)</u>
Prejuízo do período atribuível a					
Acionistas controladores		(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		<u>(1.020)</u>	<u>(2.841)</u>	<u>(934)</u>	<u>(1.241)</u>
Prejuízo básico por ação (em reais)	16.b	(0,02)	(1,17)	(0,39)	(0,51)
Prejuízo diluído por ação (em reais)	16.b	(0,02)	(1,17)	(0,39)	(0,51)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado para os períodos findos
em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Consolidado			
		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita líquida de incorporações e venda de imóveis	17	147	581	297	644
Custo de incorporação e venda de imóveis	17	-	(82)	(134)	(320)
Lucro bruto		<u>147</u>	<u>499</u>	<u>163</u>	<u>324</u>
Despesas e receitas operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(5)	(5)	-	-
Despesas gerais e administrativas					
Despesas de pessoal		(903)	(1.273)	(273)	(664)
Gratificações a Administradores	23	-	(256)	-	(445)
Honorários de diretoria e Conselho de Administração	23	(388)	(777)	(293)	(601)
Outras despesas administrativas	18	(901)	(2.078)	(1.233)	(2.126)
Despesas tributárias		(83)	(227)	(155)	(180)
Receitas financeiras	19	148	254	255	843
Despesas financeiras	19	(8)	(8)	(210)	(210)
Despesas com vendas		-	-	(683)	(1.500)
Depreciação e amortização		(5)	(9)	(1)	(3)
Ganhos na alienação de investimentos		915	915		
Reversão/ (constituição) de provisões operacionais	20	(35)	(47)	1.622	3.550
Outras receitas operacionais	21	94	86	114	199
		<u>(1.171)</u>	<u>(3.425)</u>	<u>(857)</u>	<u>(1.137)</u>
Participação dos administradores e empregados no resultado		-	-	-	(68)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>(1.024)</u>	<u>(2.926)</u>	<u>(694)</u>	<u>(881)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22.1.b	1	(67)	(393)	(459)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22.1.b	3	152	153	99
Prejuízo do período		<u>(1.020)</u>	<u>(2.841)</u>	<u>(934)</u>	<u>(1.241)</u>
Prejuízo do período atribuível a					
Acionistas controladores		(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		<u>(1.020)</u>	<u>(2.841)</u>	<u>(934)</u>	<u>(1.241)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos findos
em 30 de junho de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Prejuízo do período	(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do período	(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Atribuído a sócios da empresa não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos findos
em 30 de junho de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Consolidado			
	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Prejuízo do período	(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente consolidado do período	(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(1.020)	(2.841)	(934)	(1.241)
Atribuído a sócios da empresa não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos
em 30 de junho de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		166.991	27	(9.341)	157.677	-	157.677
Redução de capital	16.a	(35.001)	-	-	(35.001)	-	(35.001)
Redução de capital para absorção de prejuízo	16.a	(9.341)	-	9.341	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	(1.241)	(1.241)	-	(1.241)
Saldo em 30 de junho de 2020		122.649	27	(1.241)	121.435	-	121.435
Saldo em 31 de dezembro de 2020		122.649	27	(15.452)	107.224	6	107.230
Prejuízo do período		-	-	(2.841)	(2.841)	-	(2.841)
Participação de não controladores		-	-	-	-	(1)	(1)
Saldo em 30 de junho de 2021		122.649	27	(18.293)	104.383	5	104.388

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos
em 30 de junho de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.841)	(1.241)	(2.926)	(881)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações (inclusive stands)	9	3	9	3
Resultado de equivalência patrimonial	358	(966)	-	-
Impostos diferidos	-	-	(229)	(241)
Cessão de direitos de crédito	-	-	(2)	1
(Reversão) /provisões operacionais	-	-	47	(3.457)
(Ganhos)/ perdas na alienação de investimentos	(915)	-	(915)	-
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:				
Clientes por incorporação e venda de imóveis	-	-	1.386	435
Contas a receber de terceiros	30	37	229	365
Imóveis a comercializar	(6)	-	(18)	44
Impostos e contribuições a compensar	(27)	(62)	(28)	(62)
Outros ativos	(39)	44	103	(253)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais:				
Contas a pagar - terceiros	-	(51)	(14)	(382)
Provisões tributárias	-	44	(121)	(882)
Adiantamentos de clientes	-	-	(40)	(417)
Outros	-	1	(1)	(6)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(70)	(1.037)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(3.431)</u>	<u>(2.191)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(6.770)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	6	5	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(500)	-	-	-
(Aquisição) / baixa de investimentos em controladas e coligadas	1.959	-	1.959	-
(Aquisição) / baixa de imobilizado	(150)	-	(150)	-
Redução de capital	2.000	26.628	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>3.315</u>	<u>26.633</u>	<u>1.809</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Cessão de créditos imobiliários	-	-	(35)	(18)
Redução de capital	-	(29.996)	-	(29.996)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(29.996)</u>	<u>(35)</u>	<u>(30.014)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(116)</u>	<u>(5.554)</u>	<u>(816)</u>	<u>(36.784)</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	9.420	21.292	17.484	61.231
No final do período	9.304	15.738	16.668	24.447
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(116)</u>	<u>(5.554)</u>	<u>(816)</u>	<u>(36.784)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos
em 30 de junho de 2021 e de 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
1. Receitas	926	15	1.530	4.432
Receita dos imóveis vendidos	-	-	581	725
Outras receitas	926	15	996	157
Provisão para/ (reversão de) devedores duvidosos	-	-	(47)	3.550
2. Insumos adquiridos de terceiros	(1.330)	(886)	(2.103)	(4.102)
Custo dos imóveis vendidos	-	-	(82)	(320)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.135)	(787)	(1.826)	(3.465)
Outros	(195)	(99)	(195)	(317)
3. Valor adicionado bruto	(404)	(871)	(573)	330
4. Retenções	(9)	(3)	(9)	(3)
Depreciações e amortizações	(9)	(3)	(9)	(3)
5. Valor adicionado líquido produzido para entidade (3 - 4)	(413)	(874)	(582)	327
6. Valor adicionado recebido em transferência	(210)	1.331	249	843
Resultado de equivalência patrimonial	(358)	966	(5)	-
Receitas financeiras	148	365	254	843
7. Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	(623)	457	(333)	1.170
8. Distribuição do valor adicionado	(623)	457	(333)	1.170
8.1. Pessoal	1.880	1.369	2.033	1.513
Remuneração direta	1.578	1.273	1.698	1.333
Benefícios	161	79	194	163
FGTS	141	17	141	17
8.2. Impostos, taxas e contribuições	266	273	417	884
Federais	262	273	205	727
Estaduais	-	-	4	-
Municipais	4	-	208	157
8.3. Remuneração de capitais de terceiros	72	56	58	14
Juros	7	-	8	1
Aluguéis	65	56	50	13
8.4. Remuneração de capitais próprios	(2.841)	(1.241)	(2.841)	(1.241)
Prejuízo no período	(2.841)	(1.241)	(2.841)	(1.241)
Part. de não control. no prejuízo	-	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período findo em 30 de junho de 2021.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“CR2 ou Companhia”), com sede na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, n° 222, sala 1511, bloco 01, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.631-455, foi constituída em 10 de janeiro de 2006 e iniciou sua operação em 23 de janeiro de 2006, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação CRDE3.

A Companhia e suas controladas têm como objeto social a aquisição de imóveis de qualquer natureza para venda, desenvolvimento, investimento e incorporação de empreendimentos imobiliários, com construção e venda das unidades, realizadas por meio de terceiros, podendo, ainda, participar em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

1.1 COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, causador da COVID-19. Esta declaração desencadeou uma série de decisões por governos e sociedades públicas e privadas para conter o avanço do vírus. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais, entre outras.

Desde então, a Companhia vem monitorando os acontecimentos provenientes da disseminação no Brasil e no mundo do Novo Coronavírus (COVID-19) e faz avaliações constantes sobre os impactos na saúde de seus colaboradores, em seus negócios e nos locais onde desenvolve suas atividades.

Isso inclui a adequação de nossas atividades operacionais para funcionamento em home office, quando necessário, e quanto ao trabalho presencial, são disponibilizadas máscaras para todos os colaboradores, com uso obrigatório durante o horário de trabalho, álcool com concentração de 70% em diversos pontos do escritório e higienização frequente das estações de trabalho.

1.2 Continuidade Operacional

Não houve lançamentos de imóveis residenciais e comerciais no período findo em 30 de junho de 2021. Apesar dos prejuízos recorrentes, a CR2 manteve os níveis de caixa e endividamento equilibrados, exercendo normalmente suas atividades operacionais nos anos de 2020 e 2021.

Devido a alteração societária iniciada em 14 de setembro de 2020 e concluída em 03 de janeiro de 2021, a Companhia alterou sua estrutura administrativa elegendo novos membros para o conselho de administração e para diretoria, que atuarão com o objetivo de desenvolver novos projetos imobiliários que agreguem valor a Companhia, acionistas e sociedade, fortalecendo a marca CR2.

Em relação as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, do período findo em 30 de junho de 2021, apesar do aumento relevante de novos casos e óbitos decorrentes do Novo Coronavírus (COVID-19), não foram grandes os impactos, além dos já percebidos desde que as autoridades governamentais recomendaram o distanciamento social, e que listamos a seguir:

- a) Em relação aos estoques de unidades concluídas, durante o período findo em 30 de junho de 2021, não houve alienação de unidades residenciais e comerciais, em parte impactado pela circulação restrita de pessoas e pela diminuição da demanda de imóveis comerciais, mas também pelo reduzido número de unidades livres e disponíveis para a venda, visto que no momento a Companhia não possui obras em andamento.
- b) Em relação aos estoques de terrenos, foi concluída em 21 de junho de 2021, a alienação das cotas da CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda. pertencentes a CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A (vide notas 6.d e 13.ii), quando recebemos a parcela final no valor de R\$ 1.959, totalizando R\$ 2.449 pela cessão das cotas. Em novembro de 2020, houve uma repactuação contratual referente a linha de transmissão de energia no terreno Santa Cecília, tendo a CR2 Cabuçu recebido a título de indenização, o valor de R\$ 2.000, para a instituição de área de servidão administrativa, com anuência do promitente comprador das cotas. Dessa forma, o terreno denominado Santa Cecília deixou de fazer parte de nosso estoque no período findo em 30 de junho de 2021.

Não houve alteração nos indicadores internos e externos da Companhia, para fins de teste ao valor recuperável do ativo (“impairment”), no valor do terreno denominado “Cidade Paradiso” que suporta o laudo de avaliação realizado em setembro de 2020, não apresentando, assim, oscilação em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 6 .

- c) Mantemos discussão permanente das contingências com terceiros, e nossos assessores jurídicos revisaram as provisões para as demandas judiciais, que foram estimadas em R\$ 5.014 para ações com expectativa de perda provável e R\$ 2.383 para ações com expectativa de perda possível, conforme descrito na nota explicativa nº 14..

Para o ano de 2021, a Companhia mantém sua estratégia de realização dos estoques e recebimento do saldo remanescente de contas a receber, além de estarmos atentos a novas oportunidades que possibilitem retorno aos acionistas ao mesmo passo em que faz o máximo de esforços necessários para que seus colaboradores não sejam expostos a situações de risco. Continuamos analisando o posicionamento das autoridades competentes e especialistas, para aprimorar nossas ações contingenciais.

2. Políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstrações Intermediárias e a IAS 34 – Interim Financial Board – IASB, contemplando a orientação contida no Ofício Circular /CVM/SNC/SEP 01/2018, relacionada à aplicação da Orientação OCPC 04, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis(CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sobre o reconhecimento das receitas ao longo do tempo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM e CFC.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas informações contábeis individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Data de aprovação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A Administração da Companhia e de suas controladas autorizaram a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 12 de agosto de 2021, e face a não existência de outros eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento do

período em questão que possam alterar de forma significativa as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, aprovaram a divulgação dos referidos documentos na mesma data.

2.4. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo CPC, pela CVM e pelo CFC, e com todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC. Estas normas incluem a Orientação “OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliárias Brasileiras” no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método do percentual de execução - POC).

2.5. Bases de consolidação e segregação patrimonial

a) Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

Razão social	% – Participação e forma de consolidação			
	30/06/2021		31/12/2020	
	%	Forma	%	Forma
CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda. (iii)	-	-	99,99%	Integral
CR2 Campinho Empreendimentos Ltda.	99,99%	Integral	100,00%	Integral
CR2 Empreendimentos SPE-12 Ltda.	90,00%	Integral	90,00%	Integral
CR2 Empreendimentos SPE-23 Ltda.	99,99%	Integral	99,99%	Integral
CR2 Empreendimentos SPE-9 Ltda.	99,99%	Integral	99,99%	Integral
CR2 Jardim Paradiso Empreend. Ltda.	99,99%	Integral	99,99%	Integral
CR2 Valqueire Empreendimentos Ltda. (i)	100,00%	Integral	99,99%	Integral
CR2 Empreendimentos SPE-32 Ltda. (ii)	100,00%	Integral	99,99%	Integral

- (i) A Companhia, em 05 de março de 2021, passou a possuir 100% das cotas da CR2 Valqueire Empreendimentos Ltda., e fica a única responsável por todas as obrigações e direitos da incorporada.

- (ii) A Companhia, em 05 de março de 2021, passou a possuir 100% das cotas da CR2 Empreendimentos SPE 32 Ltda., e fica a única responsável por todas as obrigações e direitos da incorporada.
- (iii) A Companhia, em 21 de junho de 2021, concluiu a venda de cotas da CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda., alienando a totalidade das cotas pertencentes a CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A. (vide notas 6 e 10.1). Os resultados dessa subsidiária foram consolidados até a data da perda de controle, conforme previsto no CPC 18 “Investimentos em coligada, em controlada e em empreendimentos controlado em conjunto”.

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27/ CPC 36 (R3) “Demonstrações consolidadas”, e inclui as demonstrações contábeis das controladas nas quais a Companhia é titular de direito, como sócio que lhe assegure, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores e das sociedades coligadas nas quais a investidora tem influência significativa.

No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido.

b) Segregação patrimonial

Os empreendimentos de incorporação imobiliária da Companhia com terceiros são estruturados por meio de participação em Sociedades de Propósito Específico (SPE). As sociedades controladas compartilham, de forma significativa, das estruturas gerenciais e operacionais e dos custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia. As SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e estão vinculadas a empreendimentos específicos.

A Companhia apresenta a seguir, os ativos relativos aos empreendimentos da Companhia que estão inseridos em estruturas de segregação patrimonial da incorporação em 30 de junho de 2021:

Total de ativos inseridos na estrutura de segregação patrimonial da incorporação	29.179
Total do ativo consolidado	116.982
% – Participação	24,94%

Atualmente, a Companhia possui 01 SPE que constituiu o Termo de Patrimônio de Afetação e fez a opção ao RET - “Regime Especial de Tributação”, conforme segue:

SPE	Empreendimento	Ativo – Empreendimento	Ativo – Consolidado	% sobre o ativo – Consolidado
CR2 Empreend. SPE-23 Ltda.	Link Office Mall & Stay	14.009	116.982	11,98%
Total		14.009	116.982	11,98%

2.6. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Clientes por incorporação e venda de imóveis

São apresentadas a valor presente e de realização, reconhecidas de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa nº 2.6. l) A Administração considera que as contas a receber de clientes por incorporação e venda de imóveis, dotadas de garantia real dos imóveis por ela financiados, não ensejam perdas potenciais, pois são representados substancialmente por imóveis concluídos, cujas chaves ainda não foram entregues aos promitentes compradores, aguardando o repasse destas unidades para financiamento imobiliário.

As receitas financeiras decorrentes dos encargos são classificadas como receita de imóveis vendidos durante a execução da construção das unidades e, após a entrega das chaves (Habite-se), uma vez que o estatuto social prevê o financiamento dos adquirentes dos imóveis, conforme determinações previstas na Orientação OCPC 01.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

d) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros, segundo o CPC 48/IFRS 9, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- ü é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ü seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- ü é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- ü seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um

descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no de reconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado.

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio do resultado.

e) Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas controladas avaliam as perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes.

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR de acordo com o CPC 48/IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38/IAS 39.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento;

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui “indícios de perda por redução ao valor recuperável” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

f) Imóveis a comercializar

Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção, dos juros sobre empréstimos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em

construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição, bem como os custos incorridos para o desenvolvimento do terreno, que não supera o valor justo.

Os terrenos adquiridos por meio da permuta destes por unidades a serem construídas foram contabilizados com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues, tendo como contrapartida o passivo de adiantamento de clientes.

Quando das vendas das unidades, os custos são baixados dessa conta em contrapartida à conta “Custos operacionais – custo de incorporação e venda de imóveis”.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Com base neste método, o custo do investimento na controlada é adicionado ou reduzido pelos aumentos ou diminuições ocorridas no patrimônio líquido dessas investidas, na proporção da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é reconhecida na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Quando há acordo de acionistas ou quotistas, a Companhia apura a equivalência patrimonial de seus investimentos considerando o percentual definido no acordo, e não pelo percentual de sua participação societária.

Os demais investimentos estão avaliados pelo custo histórico deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, e leva em consideração o prazo estimado de vida útil dos bens.

As despesas com estande de vendas e apartamento-modelo são registradas no ativo imobilizado e depreciadas pela vida útil, quando esta for superior a 12 meses.

i) Intangível

Representado por gastos com direito de uso de softwares. A amortização ocorre pelo método linear pelos prazos de vigência das licenças de uso, a partir do momento em que os benefícios começam a ser gerados.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “*impairment*”)

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

k) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Reconhecimento de receita

Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Em 22 de dezembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu o CPC 47, equivalente ao IFRS 15.

A Comissão de Valores mobiliários (CVM), em 10 de janeiro de 2018, emitiu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 1/2018, informando que o OCPC 04 (R1), refletindo as disposições contidas na CPC 47, ficou em audiência pública durante o ano de 2017, tendo em seu processo de emissão suspenso por decisão do CPC em decorrência de consulta formulada ao Comitê de Interpretação do IASB – IFRS IC sobre o reconhecimento de receita, a fim de analisar

e concluir sobre as possíveis alterações no OCPC 04. Em 13 de março de 2018 o IFRS IC concluiu a sua análise sobre o reconhecimento de receita e, em seu entendimento as entidades de incorporação imobiliária brasileira devem reconhecer a receita em um único momento (entrega das chaves), e não mais ao longo da construção.

A CVM concluiu a análise do IFRIC IC em 03 de julho de 2018 e destacou que a aplicação do reconhecimento da receita ao longo da construção pode ser adotada pelas Entidades de incorporação imobiliária desde que estas tenham controles internos adequados que possibilitem realizar a avaliação individualizada por contrato para determinar se as alterações introduzidas pelo CPC 47 foram alcançadas em sua plenitude.

Diante dessa possibilidade, a Companhia continua adotando a forma de reconhecimento de receitas ao longo da construção, entendendo que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das unidades imobiliárias vendidas (item 35.c do CPC 47) são transferidos continuamente aos compradores ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária. Essa determinação requer um julgamento significativo por parte da administração e controles internos adequados. Mediante isso, a apropriação da receita dos empreendimentos de incorporação imobiliária é feita pelo método do percentual de conclusão da obra (Percentage of completion - POC).

Unidades distratadas

Com relação às unidades distratadas, depois de esgotadas todas as possibilidades de recebimento das parcelas vencidas e não pagas do promitente comprador, a Administração da Companhia adota as medidas administrativas e judiciais cabíveis, culminando com a rescisão de contrato de compra e venda de unidade autônoma e reintegração de posse de unidades autônomas.

As unidades distratadas são reintegradas ao estoque da Companhia pelo valor de custo, em contrapartida do contas a receber e resultado do período.

Quando o promitente comprador não consegue obter financiamento bancário e, conseqüentemente, não reúne condições para a Companhia financiá-lo diretamente, essa unidade é também distratada e contabilizada como informado acima.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- **ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- **obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia e suas controladas questionaram a inconstitucionalidade de tributos.

n) Tributação

Na controladora, tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do período, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 78 milhões, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

Adicionalmente, algumas controladas optaram por submeter seus empreendimentos ao patrimônio de afetação, conforme facultado pela Lei nº 12.024 de 27 de agosto de 2009, que alterou a Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, que instituiu o Regime Especial de Tributação (RET). Esta opção é irrevogável e irretroatável. Para esses empreendimentos que aderiram ao RET, os encargos referentes ao Imposto de Renda, a Contribuição Social, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Programa de Integração Social (PIS), são calculados à razão de 6% sobre as receitas brutas.

Em 28 de dezembro de 2012, a Presidência da República sancionou a Medida Provisória nº 601, com força de lei, que reduz as alíquotas das contribuições sociais (PIS, COFINS, CSLL e IRPJ), para as empresas que dispõem sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias. Esta medida provisória entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, e expirou em 03 de setembro de 2013. Em 19 de julho de 2013, a Presidência da República sancionou a Lei nº 12.844, que reduz as alíquotas das contribuições sociais (PIS, COFINS, CSLL e IRPJ), para as empresas que dispõem sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias.

Esta lei entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de setembro de 2013. Em consequência, a Lei nº 10.931/2004 passou a vigorar com as seguintes alterações: para cada incorporação submetida ao Regime Especial de Tributação (RET), a incorporadora ficará sujeita ao pagamento mensal equivalente a 1% (um por cento) da receita de incorporação imobiliária mensal recebida, para imóveis residenciais de valor comercial até R\$ 100, e pagamento mensal equivalente a 4% (quatro por cento) da receita de incorporação imobiliária mensal recebida para imóveis residenciais de valor comercial acima de R\$ 100.

Especificamente, para a atividade imobiliária, são reconhecidos impostos diferidos sobre a diferença entre as receitas reconhecidas para fins fiscais, apuradas pelo regime de caixa, e as receitas reconhecidas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, apuradas pelo regime de competência.

A Companhia e suas controladas apresentam os impostos diferidos segregados entre circulante e não circulante, dada a característica de vínculo da tributação com os saldos a receber, que se encontram segregados entre circulante e não circulante e que melhor representa a expectativa de saída de recursos para pagamento de tributos diferidos da Companhia e de suas controladas.

o) Apropriação da atividade de incorporação imobiliária e venda de imóveis

Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

Os juros pré-fixados são apropriados ao resultado, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

A atualização monetária e os juros sobre os saldos de contas a receber em aberto sobre unidades em construção e concluídas são classificados como receita de incorporação e venda de imóveis.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo CPC.

q) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

r) Participação nos lucros de empregados e administradores

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefícios a funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, quando aplicável, encontram-se reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Adicionalmente, os estatutos sociais da Companhia e suas controladas estabelecem a distribuição de lucros para administradores. O pagamento de bônus é baseado em meta de resultados anuais, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado, por meio do resultado do período, atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Atualmente não há diferença entre o cálculo do resultado básico e diluído por ação.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital

próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins tributários, são tratados como despesas financeiras, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

u) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia e de suas controladas vem da incorporação e venda de imóveis pelas Sociedades de Propósito Específico (SPEs), nos quais são desenvolvidos os empreendimentos. Estas atividades são desenvolvidas em uma única unidade de negócio e constitui um segmento operacional, que é avaliado pelos seus gestores para tomada de decisão.

2.7. Mudanças em políticas contábeis

Nas políticas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia não possui contratos onerosos em 30 de junho de 2021.

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) - As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações contábeis como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros;
- Passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de hedge.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos aplicáveis às normas citadas, em 30 de junho de 2021.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas, já efetivadas ou não, tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em períodos futuros:

- Concessões de aluguel relacionadas a COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à estrutura conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 contratos de seguros

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	126	10	873	95
Aplicações financeiras (i)	9.178	9.410	15.795	17.389
Total	9.304	9.420	16.668	17.484

- (i) Correspondem a certificado de depósito bancário (CDB's) de bancos de primeira linha remunerados pela taxa média de 95% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e em fundo de renda fixa no período findo em 30 de junho de 2021 (taxa média de 75% a 99,25% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

4. Clientes por incorporação e venda de imóveis

Representado pelo saldo das contas a receber de unidades concluídas, as quais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Unidades concluídas e terrenos	9.696	11.085
Ajuste a valor presente (AVP)	(7)	(10)
Provisão para risco de crédito (a)	(5.743)	(5.522)
Total	3.946	5.553
Circulante	3.150	4.483
Não circulante	796	1.070

Saldo de clientes por incorporação e venda de imóveis por vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	98	71
Vencidos de 31 a 120 dias	548	207
Vencidos há mais de 120 dias	5.637	6.125
Total	6.283	6.403
A vencer		
2021	647	2.124
2022	1.085	934
2023	1.500	1.624
A partir de 2024	181	-
Total	3.413	4.682
Total de vencidos e a vencer	9.696	11.085

(a) A Companhia e suas controladas revisaram os valores a receber por venda de imóveis na adoção do IFRS 9, ajustando sua provisão para risco dos créditos oriundos de promessas de compra e venda ao valor de R\$ 5.743 em 30 de junho de 2021 (R\$ 5.522 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldos no início do exercício:	(5.522)	(17.790)
Adições	(221)	(284)
Baixas definitivas	-	8.529
Reversão	-	4.023
Saldos no final do exercício:	(5.743)	(5.522)

5. Operações de vendas de imóveis a incorrer

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há valores de receitas e custos de unidades já vendidas a serem reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas em função da conclusão de todas as obras.

6. Imóveis a comercializar

A composição dos estoques de imóveis a comercializar (consolidado) está apresentada a seguir:

Empresa	Empreendimento	30/06/2021	31/12/2020
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A. (b)	Cidade Paradiso	76.583	76.577
CR2 Valqueire Empreendimentos Ltda. (a)	Splendore Valqueire I	89	89
CR2 Empreendimentos SPE-23 Ltda. (c)	Link Office Mall & Stay	10.162	10.162
CR2 Jardim Paradiso Empreendimentos Ltda. (b)	Jardim Paradiso 21, 22, 26, 27, 28 e 29	144	132
CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda. (d)	Santa Cecília – Madureira	-	1.534
Total dos imóveis a comercializar		86.978	88.494

- (a) Unidades concluídas.
- (b) Estoque de terrenos.
- (c) Refere-se a 18 unidades recebidas em 17 de setembro de 2019 e 22 unidades recebidas em 03 de abril de 2020, em dação em pagamento a parte do contas a receber de 40% do empreendimento Link Office, Mall e Stay como resultado da extinção do condomínio.
- (d) A Companhia assinou em 20 de dezembro de 2019, uma a promessa de venda para a alienação da totalidade das cotas da CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda. pertencentes a CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A, a ser realizada até 19/12/2020. Entretanto, em julho de 2020, as Partes foram surpreendidas com a notícia da existência de uma linha de transmissão de energia elétrica, cujo projeto prevê a constituição de uma área de servidão de passagem atingindo parte do terreno de propriedade da CR2 Cabuçu. Após estudar os impactos decorrentes da passagem dessa linha de transmissão pelos imóveis, a Promissária Compradora das quotas da CR2 Cabuçu, manifestou sua intenção de prosseguir com negócio, e para isso foi acordado um desconto no preço de venda e um prazo adicional para a conclusão do negócio, até junho de 2021.

Então, em novembro de 2020, a CR2 Cabuçu assinou um Instrumento particular de promessa de instituição de servidão administrativa e outras avenças, onde foram definidas a instituição de uma área de servidão no referido terreno e a indenização correspondente a ser paga a título de compensação,

no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), que foi recebida em três parcelas mensais, de novembro de 2020 a janeiro de 2021.

Pelas cotas da CR2 Cabuçú, a Promitente Compradora pagou a CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A, além do sinal no valor de R\$ 490 pago em novembro de 2019, o montante de R\$ 1.959 em 21 junho de 2021, corrigido pelo CDI até a data do pagamento, quando efetivou-se a transferência das cotas.

A seguir, apresentamos o resumo entre unidades concluídas e terrenos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Unidades concluídas	-	-	19.467	19.467
Estoque de terrenos	76.583	76.577	76.837	78.353
Provisão ao valor recuperável do ativo	-	-	(9.326)	(9.326)
Total	76.583	76.577	86.978	88.494
Circulante	-	-	121	1.655
Não circulante	76.583	76.577	86.857	86.839

Provisão para desvalorização de ativos:

Anualmente, a Companhia e suas controladas realizam o teste do valor recuperável dos ativos, de acordo com o CPC 01, sobre os valores dos terrenos e unidades disponíveis. Para tal, solicitamos laudos de peritos independentes, tomando como base o valor estimado por esses profissionais para fins de liquidação forçada desses ativos, combinado com avaliações internas e preços médios praticados na região desses ativos, quando disponíveis. Além disso, levamos em consideração propostas de compra e venda realizadas por terceiros para aquisição de nossos ativos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou a necessidade de realizar a provisão de redução ao valor recuperável do ativo nas investidas CR2 Empreendimentos SPE 23 Ltda. e na CR2 Jardim Paradiso Empreendimentos Ltda., totalizando o valor de R\$ 9.326 registrado na rubrica “Outras despesas - Provisão por desvalorização de ativos” na demonstração do resultado do exercício. Não foram identificados indicativos de impairment para o terreno “Cidade Paradiso”. Em relação as demais unidades concluídas em estoque, o valor de venda estipulado pela Administração da Companhia e de suas controladas é superior ao valor de construção e/ou recebido em distrato.

No período findo em 30 de junho de 2021, não foi identificada a necessidade de complemento a provisão efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7. Contas a receber de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Valores a receber por repasse (a)	-	-	135	261
Empréstimos a adquirentes (b)	-	-	2.099	2.113
(-) Perdas para risco de crédito – Empréstimos a adquirentes (b)	-	-	(2.099)	(2.113)
Confissão de dívida Dilson Del Cima (c)	499	597	499	597
(-) AVP s/ Confissão de dívida Dilson Del Cima (c)	(16)	(26)	(16)	(26)
Total	483	571	618	832
Circulante	280	260	415	521
Não circulante	203	311	203	311

- (a) Representam o montante a receber de bancos, referente ao repasse (cessão de recebíveis) das unidades para financiamento imobiliário. Esses valores são compostos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
CR2 Campinho Empreendimentos Ltda.	135	135
CR2 Jardim Paradiso Empreendimentos Ltda.	-	126
Total	135	261

- (b) Representam o montante a receber dos clientes relativos ao complemento do valor do financiamento das unidades adquiridas. O montante individual é inferior a 10% do valor financiado. Os adquirentes que se enquadram nesta condição possuem cadastro previamente aprovado pela Companhia e pela instituição financeira responsável pelo financiamento.

No período findo em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia e de suas controladas reavaliaram o saldo do contas a receber para a aplicação inicial do CPC 48 e, baseado em indicador interno de avaliação de risco definido de acordo com a nova norma, constituiu perda para risco de créditos para cobertura de possíveis perdas na realização desses saldos, conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.113)	(2.335)
Adições	-	(14)
Reversões e baixas	14	236
Saldos em 30 de junho de 2021	(2.099)	(2.113)

- (c) A CR2 Empreendimentos Imobiliário S.A. e Dilson Del Cima eram os únicos sócios das empresas CR2 Cesário de Melo e CR2 Chafi Chaia, as quais tinha uma obrigação de contruir um empreendimento no terreno localizado em Campo Grande, denominado Diamonds. Os sócios acordaram a liberação de uma linha de mútuos pela CR2 Empreendimentos S/A a fim de financiar

futuros investimentos para execução dos projetos dessas empresas. Esses mútuos foram liberados à medida que se faziam necessários aportes nesses empreendimentos.

Em setembro de 2019, a dívida referente aos mútuos encontrava-se toda vencida. Em contrapartida, o projeto que seria desenvolvido, por uma série de fatores não foi adiante, restando uma obrigação de construir pela CR2 Chafi Chaia e CR2 Cesário de Melo. Resolveram as partes, por decisões comerciais, desfazer a permuta assumida no início da sociedade. Vide nota 13.

Como resultado disso, para quitar a obrigação de construir, a CR2 Chafi Chaia e a CR2 Cesário de Melo entregaram a fração do terreno a que tinham direito antes do início da permuta, restando-lhes a receber pela cessão dessas frações uma torna no valor de R\$ 395. Para essa obrigação, foi assinado um contrato de confissão de dívida, onde ficou definido, que esse saldo seria pago em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo INCC da FGV.

Além disso, foi firmada outra confissão de dívida, referente aos mútuos que estavam vencidos, onde restou decidido que o saldo de R\$ 420, seria pago com uma parcela de R\$ 74, quitada em 25 de outubro de 2019 e o valor remanescente em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo INCC da FGV com início 30 dias após a efetivação do registro da operação no Registro geral de imóveis. Foi também reconhecido um AVP (ajuste a valor presente) no montante de R\$ 59, calculado a uma taxa de 4,5% a.a.

No período findo em 30 de junho de 2021, foram apropriadas receitas financeiras no valor de R\$ 21 (R\$ 7 em 30 de junho de 2020), referente a atualização do contas a receber pelo INCC. Em 30 de junho de 2021, esse contrato encontra-se adimplente.

8. Operações com partes relacionadas

a) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital não possuem cláusulas de atualização ou de juros e são capitalizados, em média, em até 12 meses a partir de seu aporte. Eles estão assim compostos:

Ativo – controladora

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda.	-	28
CR2 Empreendimentos SPE 23 Ltda.	500	-
Total	500	28

b) Reduções de capital

Os valores das reduções de capital estão assim compostos:

Ativo – controladora

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
CR2 Empreendimentos SPE-9 Ltda.	100	100
CR2 Empreendimentos SPE 23 Ltda.	4.500	4.500
CR2 Campinho Empreendimentos Ltda.	800	800
CR2 Empreendimentos SPE- 12 Ltda.	225	225
Total	5.625	5.625

Passivo – consolidado

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
CR2 Empreendimentos SPE- 12 Ltda.	25	25
CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A (i)	3	3
Total	28	28

- (i) Saldo de redução de capital por excesso de capital conforme aprovada em assembleia geral extraordinária (“AGE”) da Companhia, realizada em 02 de março de 2020 (vide nota 16.a).

9. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Depósito judicial patrimônio de afetação – Jardim Paradiso (a)	-	-	3.917	3.917
Créditos por avais e fianças honradas (b)	-	-	270	270
Adiantamentos a fornecedores	-	-	18	18
Depósitos judiciais (c)	-	-	1.542	1.612
Seguros	28	5	28	5
Despesa de aluguel a apropriar	15	-	15	-
Demais ativos	38	37	281	352
Total	81	42	6.071	6.174
Circulante	81	42	1.265	1.428
Não circulante	-	-	4.806	4.746

- (a) Trata-se de mandado de segurança interposto em face de ato da Receita Federal que limitou a aplicação da alíquota de 1% do Regime Especial de Tributação (RET), prevista no artigo 4º, parágrafo 6º da Lei nº 10.931/04, para empreendimentos residenciais cujos imóveis, em sua totalidade, não ultrapassem o valor de R\$ 100 mil e sejam comercializados no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, não admitindo a aplicação da referida alíquota para unidades que atendam a esses requisitos, mas façam parte de empreendimentos em que coexistam com imóveis de valor superior ao referido, ou, ainda, cuja aquisição tenha se dado fora do

programa de financiamento em questão, cuja tributação seria então realizada à alíquota de 4%. A fim de obter a suspensão da exigibilidade dos tributos, já concedida liminarmente, a Companhia vem realizando, mensalmente, o depósito judicial da diferença dos valores entre as alíquotas (1% e 4%). Em função do baixo volume de recebimentos e a correção monetária dos depósitos judiciais, o arredondamento em milhares de reais não sofre alterações. No exercício findo em 2020, essa ação teve uma decisão desfavorável a CR2 Jardim Paradiso em 2ª instância, motivo pelo qual em dezembro de 2020 foi provisionado a integralidade do valor depositado, gerando um incremento de R\$ 2.947 na rubrica Provisões tributárias (vide notas 9 a) e 22.2 (a)), totalizando R\$ 3.917 em 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021. Ainda cabem recursos no processo.

(b) Avais e fianças referentes a unidades da SPE 9 e Valqueire 1 que tiveram o seu financiamento repassado para instituição financeira com coobrigação e foram honrados, gerando um crédito a ser reembolsado ou a devolução da unidade dependendo do acordo com o adquirente.

(c) Depósitos efetuados para garantia das demandas judiciais destacadas na nota nº 14.

10. Investimentos

Os investimentos são apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Investimentos em controladas	12.105	15.878	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	1.620	1.620
Total	12.105	15.878	1.620	1.620

10.1. Investimentos em controladas e coligadas

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas estão a seguir apresentados:

a) Movimentação dos investimentos

Período findo em:	Saldo inicial	Aumento de capital	Redução de capital (i)	Aquisições (Vendas) (ii)	Outros	Resultado de equivalência	Saldo final
31/12/2020	53.968	900	(26.000)	-	(783)	(12.207)	15.878
30/06/2021	15.878	28	(2.000)	(1.539)	96	(358)	12.105

(i) Reduções de capital por excesso de capital na CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda., no período findo em 30 de junho de 2021 e na CR2 Empreendimentos SPE - 9 Ltda., no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foram devolvidos para a gestão unificada do caixa e equivalentes de caixa na Holding.

- (ii) Valor referente a baixa de investimento na CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda, devido a alienação das cotas de propriedade da CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A em 21 de junho de 2021 (nota 6.d.).

b) Dados dos investimentos

Informações financeiras resumidas das controladas em 30 de junho de 2021:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro bruto/ (prejuízo)	Resultado do período
CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda.	-	-	-	-	(5)
CR2 Campinho Empreendimentos Ltda.	404	1.533	(1.129)	-	(96)
CR2 Jardim Paradiso Empreendimentos Ltda.	6.841	4.665	2.176	71	(24)
CR2 Empreendimentos SPE - 12 Ltda.	393	340	54	-	(2)
CR2 Empreendimentos SPE - 23 Ltda.	14.009	6.971	7.038	378	(234)
CR2 Empreendimentos SPE - 32 Ltda.	52	-	52	-	(1)
CR2 Empreendimentos SPE - 9 Ltda.	7.519	4.874	2.646	50	34
CR2 Valqueire Empreendimentos Ltda.	373	227	146	-	(30)
Total	29.591	18.610	10.983	499	(358)

	Equivalência patrimonial (controladora)		Saldo de investimentos	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	31/12/2020
CR2 Cabuçu Empreendimentos Ltda.	(5)	2	-	3.516
CR2 Campinho Empreendimentos Ltda. (i)	(96)	(106)	-	-
CR2 Jardim Paradiso Empreendimentos Ltda.	(24)	(314)	2.175	2.200
CR2 Empreendimentos SPE 12 Ltda.	(2)	-	48	50
CR2 Empreendimentos SPE 23 Ltda.	(234)	2.970	7.038	7.272
CR2 Empreendimentos SPE-32 Ltda.	(1)	1	52	53
CR2 Empreendimentos SPE 9 Ltda.	34	(1.451)	2.646	2.611
CR2 Valqueire Empreendimentos Ltda.	(30)	(16)	146	176
CR2 São Paulo 1 Empreendimentos Ltda.	-	(120)	-	-
Total	(358)	966	12.105	15.878

- (i) O saldo de investimentos da CR2 Campinho (R\$ 1.129 de Passivo a descoberto) está demonstrado no Passivo não circulante na rubrica “Outros passivos”.

10.2. Propriedades para investimentos (consolidado)

Referem-se a imóveis não residenciais de propriedade da Jardim Paradiso Empreendimentos Ltda. (SPE-33), que foram alugados para terceiros, pelo prazo de 60 meses. Antes da referida locação, estes imóveis estavam no estoque, porém foram transferidos para a rubrica propriedades para investimentos a partir do início de vigência da locação contabilizados pelo valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia revisou os valores das propriedades para investimento e realizou uma provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) desses ativos no

valor de R\$ 1.373. Não foi identificada a necessidade de complemento a essa provisão no período findo em 30 de junho de 2021. A movimentação está detalhada abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Impairment	Saldo em 30/06/2021
Imóveis para locação	1.620	-	1.620

	Saldo em 31/12/2019	Impairment	Saldo em 31/12/2020
Imóveis para locação	2.993	(1.373)	1.620

11. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	Taxas de depreciação e amortização	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Benfeitorias e sistema de segurança	10%	20	11	20	11
Móveis e equipamentos de uso	10%	521	454	521	454
Sistema de processamento de dados e sistema de comunicação	20%	654	605	654	605
Subtotal		1.195	1.070	1.195	1.070
Depreciação e amortização acumulada	-	(1.034)	(1.050)	(1.034)	(1.050)
Total		161	20	161	20

Movimentação do ativo imobilizado líquido relativa ao período findo em 30 de junho de 2021.

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação e amortização	Saldo em 30/06/2021
Controladora				
Benfeitorias e sistema de segurança	-	20	(2)	18
Móveis e equipamentos de uso	20	67	(5)	82
Sistema de processamento de dados	-	63	(2)	61
Total	20	150	(9)	161
Consolidado				
Benfeitorias e sistema de segurança	-	20	(2)	18
Móveis e equipamentos de uso	20	67	(5)	82
Sistema de processamento de dados	-	63	(2)	61
Total	20	150	(9)	161

Movimentação do ativo imobilizado líquido relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	Saldo em 31/12/2019	Depreciação e amortização	Saldo em 31/12/2020
Controladora			
Móveis e equipamentos de uso	26	(6)	20
Total	26	(6)	20
Consolidado			
Móveis e equipamentos de uso	26	(6)	20
Total	26	(6)	20

A Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes a serem reconhecidos em 30 de junho de 2021.

12. Cessão de créditos imobiliários

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Saldo da cessão	10	48
(-) Deságio a apropriar	(1)	(2)
Total	9	46
Circulante	8	28
Não circulante	1	18

As cessões de créditos possuem os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Em 2021	4	28
Em 2022	5	12
Após 2022	-	6
Total	9	46

O saldo referente à CR2 Empreendimentos SPE-23 Ltda. (SPE-23) está representado por operação de venda de créditos imobiliários realizada com a securitizadora Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização em 21 de junho de 2013, com coobrigação por parte da cedente dos créditos (SPE-23). Por esse motivo, os créditos imobiliários cedidos não foram baixados do contas a receber da SPE-23, e o valor da cessão foi registrado em conta de passivo, que demonstra a coobrigação financeira correspondente. O montante total dessa operação foi de R\$ 62.442 (atualizado até 30 de junho de 2013) e foi aplicado um deságio de R\$ 3.522, correspondente a taxa de desconto de IGP-M + 6,63% a.a. na venda desses recebíveis. O deságio citado está sendo apropriado “pro rata temporis” na rubrica de “Despesas de cessão de créditos”, à medida que os clientes pagam as parcelas dos créditos cedidos e, conseqüentemente, cessando a coobrigação dessas parcelas. O valor registrado nessa rubrica no período findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 0 e de R\$ 986,62 (novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) no período findo em 30 de junho de 2020.

13. Contas a pagar e Adiantamentos

a) Contas a pagar – terceiros

É composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Taxa de Decoração (i)	-	-	210	201
Distratos a pagar	-	-	733	662
Despesas administrativas	69	147	104	228
Provisão para garantia (vide nota 15)	-	-	1.044	1.044
Sinal relativo à promessa de venda da CR2 Cabuçú (ii)	-	490	-	490
Outras contas a pagar – fornecedores de materiais e serviços	26	6	75	45
Total	95	643	2.166	2.670
Circulante	95	643	1.122	1.626
Não circulante	-	-	1.044	1.044

- (i) Refere-se a taxa de decoração a pagar no desenvolvimento do empreendimento Link Office Mall & Stay com saldo em 30 de junho de 2021 de R\$ 210 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2020). A liquidação da taxa de decoração está vinculada ao recebimento do saldo de Contas a receber do referido projeto.
- (ii) Sinal relativo à promessa de venda assinada em 20 de dezembro de 2019, para a alienação da totalidade das cotas da CR2 Cabuçú pertencentes a CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A., que foi ser realizada em 21/06/2021 (vide nota 6.d.).

b) Adiantamentos de Clientes

Referem-se a valores pagos por clientes que estão em processo de migração para outras unidades ou estão com alguma pendência que não permitiu a baixa das parcelas do fluxo de pagamentos.

14. Passivos contingentes (Consolidado)

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e aspectos cíveis, sendo essas decorrentes basicamente de atrasos nas obras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

As contingências, classificadas como perda provável, estão apresentadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contingências cíveis	-	-	4.989	5.148
Contingências trabalhistas	-	-	25	25
Total	-	-	5.014	5.173

Os desembolsos estão previstos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
2021	-	-	1.488	1.676
2022	-	-	2.477	2.525
Após 2022	-	-	1.049	972
Total	-	-	5.014	5.173
Circulante	-	-	1.488	1.676
Não circulante	-	-	3.526	3.497

Diante da consolidação da jurisprudência em nossos tribunais quanto as ações por atraso nas obras, conservadoramente, revisamos a previsão de perda das ações de nossa carteira, bem como o valor envolvido, refletindo o montante que, de acordo com a expectativa de nossos advogados, será efetivamente desembolsado pela Companhia e suas controladas.

As contingências, classificadas como perda possível estão apresentadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contingências cíveis	96	96	2.383	2.381
Total	96	96	2.383	2.381

15. Provisão para garantias

São fornecidas garantias limitadas pelo prazo de até cinco anos, cobrindo defeitos estruturais nos empreendimentos imobiliários comercializados. Essas garantias pós-obras são normalmente conduzidas pelas empresas terceirizadas responsáveis pela construção dos empreendimentos, portanto, reduzindo a exposição de fluxo de caixa da Companhia. Estima-se que os montantes a serem desembolsados nesses casos somam R\$ 1.044, vide nota 13.a.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 122.649, representados por 2.422.153 ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Em assembleia geral extraordinária (“AGE”) da Companhia, realizada em 21 de janeiro de 2020, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia por excesso de capital, no valor de R\$ 24.997, passando-o de R\$ 166.991 para R\$ 141.994, sem o cancelamento de ações, mediante restituição aos acionistas, em moeda corrente nacional, do valor de R\$ 10,32 (dez reais e trinta e dois centavos) por ação.

Em 02 de março de 2020, foi realizada nova Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia, onde os acionistas aprovaram nova redução do capital social da Companhia por excesso de capital, no montante de R\$ 10.004, passando-o de R\$ 141.994 para R\$ 131.990, sem o cancelamento de ações, mediante restituição aos acionistas, em moeda corrente nacional, do valor de R\$ 4,13 (quatro reais e treze centavos) por ação. A redução tornou-se efetiva em 03 de maio de 2020, 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Companhia, realizada em 30 de abril de 2020, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 9.341, passando-o de R\$ 131.990 para R\$ 122.649, sem alteração da quantidade de ações emitidas, para absorção de prejuízos acumulados.

b) Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Numerador básico		
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	<u>(2.841)</u>	<u>(1.241)</u>
Denominador básico		
Média ponderada de ações (milhares)	<u>2.422</u>	<u>2.422</u>
Resultado básico por ação – em Reais	<u>(1,17)</u>	<u>(0,51)</u>
Resultado diluído por ação – em Reais	<u><u>(1,17)</u></u>	<u><u>(0,51)</u></u>

17. Receita líquida e custo de incorporações e venda de imóveis (Consolidado)

As receitas por incorporações e venda de imóveis e custo de incorporação e venda de imóveis estão assim compostas:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas por incorporação e venda – controladas no lucro presumido (a)	56	253
Receitas por incorporação e venda – controladas que aderiram ao RET	382	472
Receita operacional bruta	438	725
Tributos sobre vendas (c)	143	(81)
Receita líquida	581	644
Custo (b)	(82)	(320)
Lucro bruto	499	324

- (a) Vendas contratadas líquidas de distratos.
- (b) O custo das vendas de unidades apropriado é absorvido pelo custo das unidades distratadas.
- (c) Reversão de impostos provisionados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 150, que foram avaliados pela Administração como não devidos.

18. Outras despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Indenizações judiciais	-	-	253	998
Condomínio	9	-	179	111
Consultoria jurídica	76	169	178	356
Consultoria financeira	353	-	353	-
Consultoria de RH	108	-	108	-
Emolumentos judiciais e cartorários	27	20	59	53
Processamento de dados	116	105	116	105
Publicações	180	77	180	80
Seguros	69	42	70	42
Custódia de títulos e valores mobiliários	13	21	13	21
Aluguéis	65	56	65	56
Market Makers	59	66	59	66
Outros	319	141	445	238
Total	1.394	697	2.078	2.126

19. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras provenientes de:			254	843
Aplicações financeiras	109	351	204	810
Confissão de dívida	-	-	1	2
Remuneração de Repasse a instituições financeiras	-	-	-	1
Outras receitas financeiras	39	14	49	30
Despesas financeiras provenientes de:	(7)	-	(8)	(210)
Acordos extrajudiciais	-	-	-	(209)
Outras despesas financeiras	(7)	-	(8)	(1)
Total	141	365	246	633

20. Provisões operacionais (consolidado)

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
PECLD do contas a receber por incorporação de imóveis	(221)	3.215
Reversão de PECLD de confissão de dívida de adquirentes	15	-
Reversão de provisão para gastos em ações judiciais com perda provável	159	335
Total	(47)	3.550

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aluguéis (a)	-	-	62	42
Recuperação de custos imobiliários (b)	-	-	-	65
Renda de exploração de estacionamento (c)	-	-	95	56
Despesas em distratos	-	-	(71)	-
Outras receitas operacionais	10	15	10	36
Outras despesas operacionais	-	-	(10)	-
Total	10	15	86	199

(a) Rendas de aluguéis de unidades comerciais da CR2 Jardim Paradiso.

(b) Recuperação de custos imobiliários em função do distrato de unidades.

(c) Rendas de exploração de estacionamento em empreendimentos da Companhia.

22. Tributação

22.1. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

A seguir apresentamos a conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 30 de junho de 2021 e de 2020:

a) Imposto de renda e contribuição social – controladora

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. A conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota da legislação, e a registrada no resultado está assim demonstrada:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	(2.841)	(1.241)
Adições / exclusões legais		
Equivalência patrimonial	358	(966)
Outros	7	3
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais	(2.476)	(2.204)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social apurada no exercício	(842)	(749)
Crédito tributário não contabilizado no exercício	842	749
(=) Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-

b) Imposto de renda e contribuição social – consolidado

As controladas apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido e algumas também no Regime especial de tributação (RET).

	30/06/2021		30/06/2020	
	Imposto de renda – 8%	Contribuição social – 12%	Imposto de renda – 8%	Contribuição social – 12%
Receita bruta de incorporação e venda de imóveis e atualização do contas a receber imobiliário – presumido	57	57	253	253
Receita bruta presumida	5	7	20	30
Outras receitas	71	71	290	290
Base de cálculo	76	78	310	320
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Alíquota do adicional federal após dedução de R\$ 240 anual	10%	-	10%	-
Despesas de IRPJ e CSLL das controladas – presumido	(11)	(7)	(72)	(29)
Diferenças permanentes	80	44	(116)	(53)
Despesas efetivas de IRPJ e CSLL das controladas – presumido	69	37	(188)	(82)
Despesa de IRPJ e CSLL das controladas – RET	(13)	(8)	(58)	(32)
Total de despesa de IRPJ e CSLL	56	29	(246)	(114)
IRPJ e CSLL corrente	(40)	(27)	(304)	(156)
IRPJ e CSLL diferido (a)	96	56)	58	42

- (a) Reversão de impostos provisionados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 77 (IRPJ) e R\$ 45 (CSLL), que foram avaliados pela Administração como não devidos.

22.2. Provisões tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Impostos patrimônio de afetação (a)	-	-	3.917	3.917
Tributos federais	2	4	644	737
Folha de pagamento	84	87	107	126
Tributos retidos de terceiros	10	5	48	60
Total circulante	96	96	4.716	4.840

- (a) Tributos apurados no RET a pagar que estão sendo discutidos judicialmente e depositados em juízo (vide nota 9 (a)).

22.3. Impostos com recolhimento diferido

Para a atividade imobiliária, foram reconhecidos impostos diferidos sobre a diferença entre as receitas apuradas pelo regime de caixa e as receitas apuradas pelo regime de competência. Em 30 junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, esses créditos estão registrados no passivo da Companhia e de suas controladas e compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
IRPJ	6	6	63	167
CSLL	4	4	38	102
PIS	3	3	20	62
COFINS	12	12	92	263
Total	25	25	213	594
Circulante	25	25	170	479
Não circulante	-	-	43	115

22.4. Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a recuperar estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Decorrentes de retenções na fonte	886	859	911	882
Outros impostos e contribuições a compensar	3	3	6	7
Total circulante	889	862	917	889

Em função da Companhia e suas controladas estarem apresentando prejuízos, a Administração vem realizando a solicitação da restituição do saldo retido de acordo com os prazos prescricionais da legislação vigente.

23. Remuneração dos administradores e empregados

A Companhia e suas controladas oferecem aos administradores o seguinte:

a) Remuneração dos administradores (consolidado)

Conforme registrado em ata da assembleia geral ordinária, de 30 de abril de 2021, o limite para a remuneração anual dos administradores da Companhia é de até R\$ 5.000. A definição do montante e os critérios para distribuição da verba global entre os administradores ocorrerá conforme determinação do Conselho de Administração em reunião a ser realizada.

Até 30 de junho de 2021, no Consolidado foram pagos aos administradores honorários no montante de R\$ 776 (R\$ 601 em 30 de junho de 2020). A Gratificação a Administradores, refere-se a metas de desempenho individuais dos diretores da Companhia. Essas remunerações são assim compostas:

	30/06/2021	30/06/2020
Conselho de Administração		
Remuneração-base	83	94
Diretoria		
Remuneração-base	693	507
Gratificações a Administradores	256	445
Total	1.032	1.046

24. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não realizam operações com instrumentos financeiros derivativos e com caráter especulativo e fazem a avaliação de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

- **Exposição a riscos de taxas de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes substancialmente às variações do CDI, que remunera suas aplicações em Títulos de Renda Fixa, e dos juros sobre os mútuos a receber contratados, substancialmente a CDI.

- **Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam à Companhia e suas controladas a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, de saldo em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real do imóvel correspondente.

- **Valor justo de instrumentos financeiros**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos, estão apresentados nos balanços patrimoniais de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 por valores que se aproximam ao valor justo, considerando operações similares.

- **Análise de sensibilidade**

Conforme requerido pelo CPC 40 / IFRS 7, a Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado originado por instrumentos financeiros considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 30 de julho de 2021, indicavam o CDI estimado para 2021 em 7%, enquanto a taxa em 30 de junho de 2021, acumulada no período 12 meses, foi de 2,03%. Já para o IGP-M, a estimativa é de 19,17% enquanto a taxa média acumulada para 12 meses foi de 32,03%.

A análise de sensibilidade foi elaborada considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2021, considerando esses saldos em aberto até o encerramento do exercício de 2021.

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operações em 30/06/2021	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Ativos				
Contas a receber de clientes - R\$ 3.946 (Nota nº 4)	IGP-M	756	567	378
Aplicações financeiras - R\$ 15.795 (Nota nº 3)	CDI	1.106	829	553

Conforme requerido pelo CPC 40 / IFRS 7, a Administração entende que as taxas anuais estimadas utilizadas nos cenários demonstrados acima, são plausíveis para o ano de 2021.

25. Gerenciamento de risco

Sistema de controle de risco

O controle de risco abrange a análise individual do risco de cada empreendimento e a análise do risco de nosso portfólio de investimentos. No modelo, calculam-se as perdas potenciais em um cenário de stress para cada empreendimento individual e para o portfólio como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida pelo portfólio.

Implementação do sistema de controle de risco

Para conseguir administrar de forma eficiente o sistema de controle de risco, a Companhia exerce o controle operacional de todos os empreendimentos do seu portfólio, que possibilita, por exemplo, acelerar as vendas das unidades para reduzir a sua exposição de risco em relação a determinados empreendimentos. Esta aceleração ocorre geralmente mediante a redução do preço de venda, alterações nos veículos de mídia empregados, em incentivos aos corretores por meio de prêmios etc.

Riscos operacionais

O gerenciamento de riscos operacionais visa ao acompanhamento: **(i)** do contrato de construção, em relação ao custo máximo de obra garantido; **(ii)** de obras, sendo que contratamos empresas especializadas para fiscalizar os serviços prestados pelas construtoras contratadas (qualidade e o cronograma físico-financeiro da obra); **(iii)** das auditorias financeira e contábil, realizadas pelas principais empresas independentes de auditoria; **(iv)** de documentação e riscos jurídicos e **(v)** do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem exposição com relação às variações dos índices pós-fixados, que afetam a receita financeira decorrente das aplicações financeiras.

26. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro junto às companhias de seguros brasileiras de primeira linha. A Companhia não mantém apólice de seguro alguma para os seus imóveis depois do encerramento das obras. A Administração acredita que as coberturas de seguro são adequadas, embora não possa garantir que o valor das coberturas será suficiente para proteção de perdas relevantes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2021 está demonstrada a seguir:

Tipo do seguro	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil geral de Administradores	De 16/11/2020 a 16/11/2021	20.000

27. Avais e garantias

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia avais e fianças prestados pela Companhia para suas controladas.